

Circular nº 441/2025

Brasília (DF), 10 de outubro de 2025.

Às Seções Sindicais, às Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho de Multicampia e Fronteira (GT-MULTIFRONT)

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho de Multicampia e Fronteira (GT-MULTIFRONT), realizada nos dias 26 e 27 de setembro de 2025, na sede do ANDES-SN.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Francisco Jacob Paiva da Silva
3º Secretário

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE MULTICAMPIA E FRONTEIRA DO ANDES-SN

Data: 26 de setembro de 2025, das 14h às 18h.

Local: Sede do ANDES-SN, 3º andar.

Coordenadoras(es) do Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira presentes na reunião: Edmilson Aparecido da Silva (2º Vice-Presidente da Regional Sul), Eralci Moreira Terézio (2º Vice-Presidente da Regional Pantanal), Letícia Helena Mamed (2ª Vice-Presidenta da Regional Norte I) e Marcelo Mario Vallina (1º Vice-Presidente da Regional Norte I).

Professoras(es) presentes na reunião do Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira: Laura Miranda de Castro (ADUA), Janaina Lopes Leitinho (ADUFC), Susana Maria Maia (ADUFF), Antônio Esposito Junior (ADUFF), Gerdine Ferreira de Oliveira Sanson (ADUFMAT), Ilídio Roda Neves (ADUFMS), Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR), Luiza de Marilac Meireles Barbosa (ADUNB), Dulce Maria Sucena da Rocha (ADUNB), Edson Fernando Oliveira Silva (ADUNEB), Carlos Luis Ferreira da Silva (ADUNIR), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Thiago Pereira Lima (APRUMA), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Ana Luisa Soubhia (SEDUFSM), Gabriel de Medeiros Lima (ADUFPB), William James N. Lima (APUBH), Guilherme Dornelas Camara (SSINDUFRGS), Kathiuça Bertollo (ADUFOP) e Gustavo Borba de Miranda (APROFURG).

No dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e cinco, às 14h10, deu-se início a reunião do Grupo de Trabalho de Multicampia e Fronteira, conforme convocação feita através das Circulares nº 334 e 372/2025, tendo como Pauta:

- a) Informes nacionais e das seções sindicais referentes ao GT-Multicampia e Fronteira;
- b) 68º CONAD: Que o ANDES-SN apresente, como pauta nas mesas de negociação nacional e setorial, a regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do art. 71 da Lei nº 8112/90 — Proposta sobre adicional de penosidade;
- c) Desdobramento das demais resoluções do 68º CONAD;
- d) Encaminhamentos.

O professor Marcelo Valina, presidente da sessão, passou a palavra às(aos) demais coordenadoras(es) para se apresentarem. Em seguida, todos e todas as demais companheiras e companheiros se apresentaram. Por conseguinte, passou a palavra para o professor Cláudio Mendonça, presidente do ANDES-SN, que deu boas-vindas a todas e todos, apresentou-se e falou sobre suas experiências com a multicampia. E fez alguns informes sobre a marcha no dia 29 de outubro. O presidente da sessão fez um breve relato sobre as circulares que antecederam esta reunião, comentou a conjuntura atual e, em seguida, apresentou a pauta. Sem nenhum questionamento, deu-se início às deliberações da pauta.

I. Informes nacionais e das seções sindicais referentes ao GT- Multicampia e Fronteira;

O Presidente da sessão iniciou este ponto de pauta com os informes da Diretoria para o GT-Multicampia, na seguinte ordem:

1. Orçamento: A PLOA de 2026 apresenta um incremento de 4% para o ensino superior, enquanto a inflação está prevista em 4,5%. Participamos de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o financiamento das universidades, em 24 de setembro de 2025, e há um consenso sobre o escasso orçamento das universidades públicas. Em outubro, haverá reunião com Andifes para discutirmos o financiamento das universidades;

2. Aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar 163/25, que destina 5% da receita do Fundo do Pré-Sal (Fundo Social) em cada exercício, por 5 anos, para atender às despesas em saúde e educação;

3. Rodada de Assembleias para indicativo de paralisação de 48h (29-30 de outubro);

4. Manifestação em Brasília para o dia 29 de outubro de 2025, em conjunto com o Fonasefe;

5. Circular nº 327/2025 prorroga o prazo para o envio de artigos à revista Universidade e Sociedade, nº 77, cujo enfoque central é “Educação Pública em Movimento: resistências e desafios da multicampia e em regiões de fronteira”, até o dia 5 de outubro de 2025. Temas da Revista: estrutura das universidades, sistemas de ensino e aprendizagem, relação entre universidade e sociedade, condições de trabalho, questões de cultura, gênero, raça, classe, artes, ciência e tecnologia, apresentação de experiências de organização sindical de outros países, além de resenhas críticas de livros;

6. Nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2025 (sexta-feira, sábado e domingo), ocorrerá, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no *campus* de Campina Grande (PB), o XXI Encontro do setor das IEES/IMES/IDES;

7. De 12 a 16 de novembro de 2025, o ANDES-SN estará presente na Cúpula dos Povos, em Belém, cujo local central será a UFPA. Em seguida, convidou a todas e a todos para a apresentação do documentário “Uma Mulher Comum”, que ocorreu no dia 26 de setembro de 2025, a partir das 19h, na sede do ANDES-SN, no Auditório Marielle Franco, 2º andar. Dessa forma, o prof. Marcelo Vallina repassou a palavra às(aos) representantes das seções sindicais apresentarem seus informes, com um tempo de 3 minutos. Ficou acordado que seções sindicais que não tivessem enviado os informes antecipadamente, via formulário próprio, o fariam até o dia 28 de setembro de 2025 (domingo), para serem incluídas no relatório final.

II. 68º CONAD: Que o ANDES-SN apresente, como pauta nas mesas de negociação nacional e setorial, a regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do art. 71 da Lei nº 8112/90 — Proposta sobre adicional de penosidade.

O presidente apresentou as ideias principais de regulamentação de adicional penosidade, para serem debatidas na reunião. Foi informado que reitores de IFAM (Instituto Federal do Amazonas) e Instituto Federal de Rondônia (IFRO) levaram ao ministro da Educação o tema do adicional de penosidade, durante uma visita realizada em Rondônia, tendo o ministro recebido o assunto de forma positiva. Houve questionamento

sobre o decreto que trata do adicional de penosidade em outras categorias. Foi levantada a questão das nomenclaturas, com a sugestão de padronizar para atingir de forma ampla todas as IFs que estão abarcadas na Multicampia e Fronteira. Também se debateu se o adicional deve ou não incidir na contribuição previdenciária, sendo indicada a realização de consulta à AJN sobre o tema, além da sugestão de retirar esse item em uma futura proposta a ser enviada ao Congresso. Foi apontada a preocupação com o texto da “difícil fixação no local de trabalho”, que pode não ser atendido no documento atual. Foram apresentadas concepções sobre fronteira no âmbito do ANDES-SN, considerando três grandes áreas: zonas de fronteira, Amazônia Legal e o Semiárido brasileiro, além da sugestão de se realizar um levantamento das universidades localizadas nesses territórios. Houve manifestação sobre a preocupação de que os critérios de fronteira e regiões não contemplam todos os aspectos debatidos.

Foi ressaltado que a legislação já contempla parte das demandas levantadas, e sugerido dar andamento com o que já existe, mantendo a luta pela regulamentação por decreto. Também foi destacado que boa parte dos pontos já havia sido contemplada em falas anteriores, com a apresentação de exemplos pontuais e endêmicos de cada localidade. Houve relato de consulta à base em relação a dúvidas jurídicas, com a proposta de suprimir a parte sobre contribuição previdenciária, por já se tratar de um fato consolidado. Foi elogiada a objetividade do texto e sugerida a criação de faixas percentuais do abono para campus fora da sede, bem como a caracterização do que é fronteira, além da sugestão de criação de índices e levantamento das situações de penosidade nos campi fora da sede.

Foi lembrada a previsão constitucional do adicional de penosidade e o julgamento da ADO 74 pelo STF, que determinou prazo para o Congresso definir o que é atividade penosa, sendo citado também que a Lei nº 8.112/90 aborda o tema. Ressaltou-se a importância de o ANDES-SN levar à mesa de negociação a definição de penosidade, conforme o artigo 71 da Lei nº 8.112/90. Houve sugestão de que, caso sejam estabelecidas faixas, que se tome como referência outras categorias que já recebem o adicional. Foi trazida a ideia de utilizar matrizes de gestão (como GUT) para definir os percentuais, considerando as diversas necessidades. Também foi feita a observação de que o estabelecimento de faixas pode burocratizar ainda mais a concessão do adicional de penosidade. Foi relatado que, para o Ministério Público Federal, já há critérios definidos em decreto e portaria (Portaria nº 633/2010 PGR/MPU e suas alterações) para o recebimento do adicional de penosidade.

Por último, foi defendido que se mantenham parâmetros já existentes em outras categorias que recebem o adicional de penosidade. E, por fim, o presidente encerrou a sessão às dezoito horas.

Data: 27 de setembro de 2025, das 9h às 12h.

Local: ANDES-SN, 2º andar.

Coordenadoras(es) do Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira presentes na reunião: Edmilson Aparecido da Silva (2º Vice-Presidente da Regional Sul), Eralci Moreira Terézio (2º Vice-Presidente da Regional Pantanal), Letícia Helena Mamed (2ª Vice-Presidenta da Regional Norte I) e Marcelo Mario Vallina (1º Vice-Presidente da Regional Norte I).

Professoras(es) presentes na reunião do Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira: Laura Miranda de Castro (ADUA), Janaina Lopes Leitinho (ADUFC), Susana Maria Maia (ADUFF), Antônio Esposito Junior (ADUFF), Gerdine Ferreira de Oliveira Sanson (ADUFMAT), Ilídio Roda Neves (ADUFMS), Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR), Dulce Maria Sucena da Rocha (ADUNB), Edson Fernando Oliveira Silva (ADUNEB), Carlos Luis Ferreira da Silva (ADUNIR), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Thiago Pereira Lima (APRUMA), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Ana Luisa Soubhia (SEDUFSM) e Gabriel de Medeiros Lima (ADUFPB).

No dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e cinco, às 9h20 deu-se início a reunião do Grupo de Trabalho de Multicampia e Fronteira conforme convocação feita através das Circulares nº 334 e 372/2025. O professor Marcelo Vallina, coordenador da sessão, abriu a reunião e apresentou a mesa: sendo o professor Edmilson Aparecido da Silva, secretário da sessão e o professor Eralci Moreira Terézio, relator da sessão. Assim passou a pauta do dia.

I. Desdobramentos das demais resoluções do 68º CONAD;

O presidente apresentou a conjuntura política e os desdobramentos que ocorreram após o 68º CONAD, e trouxe o que foi deliberado no 68º CONAD, sendo estas as deliberações:

“O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, a partir do levantamento realizado pelo GT MultiFront e dos acúmulos do GT e do Sindicato Nacional, produza uma cartilha sobre as realidades diversas do trabalho em multicampia fora de sede e regiões de fronteira, com centralidade para questões estruturais, salariais, de carreira, de permanência e de fixação docente.
2. Que o ANDES-SN siga acompanhando o trabalho da Rede Unifronteiras e incida na política construída por essa Rede a partir dos acúmulos da categoria docente.
3. Que o ANDES-SN faça um levantamento junto às Seções e às IES, entre outras fontes, de dados sobre evasão, vacância, remoção e redistribuição na multicampia e em campi de fronteira.
4. Que o ANDES-SN continue o diálogo com o Sinasefe e a Fasubra para pensar ações conjuntas acerca dos desafios do trabalho em multicampia e zonas de fronteira.
5. Que o ANDES-SN realize um dia de lutas por condições de trabalho, estudo, permanência e fixação na multicampia e na fronteira.
6. Que o Andes apresente como pauta nas mesas de negociação nacional e setorial a regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do art. 71 da Lei nº 8112/90.”

Na análise do ponto 1 da pauta, que tratou dos encaminhamentos do 68º CONAD, foi ressaltada a necessidade de elaboração de uma cartilha sobre o trabalho docente em multicampia e fronteira, considerando questões estruturais, salariais, de carreira, de permanência e de fixação. Destacou-se a importância de utilizar os dados já obtidos pelo GT como base inicial, ainda que parciais, e de incentivar novas respostas das instituições que não participaram do levantamento, definindo prazos e ampliando a consistência das informações. Debateu-se que a cartilha deve ser objetiva e clara, explicando os conceitos de multicampia, fronteira e adicional de penosidade, incluindo um histórico das condições

enfrentadas em campi afastados e buscando sensibilizar a categoria para essas realidades. Também foram apresentados relatos de experiências concretas de dificuldades de fixação docente em diferentes regiões.

Em relação ao levantamento de dados sobre evasão, vacância, remoção e redistribuição, foram apontadas as dificuldades de acesso às informações e a necessidade de discutir critérios de remoção, propondo, inclusive, a construção de uma política nacional para tratar do tema de forma transparente e equitativa. Houve, ainda, menção à possibilidade de utilização de instrumentos institucionais, como as ouvidorias, para apoiar essa coleta de dados. No que se refere ao acompanhamento da Rede Unifronteiras, não houve questionamentos adicionais.

Também foi destacada a relevância de ampliar o diálogo com entidades como SINASEFE e FASUBRA, de modo a alinhar ações conjuntas sobre os desafios da multicampia e da fronteira, em especial quanto ao adicional de penosidade. Quanto às estratégias de mobilização, discutiu-se a realização de um seminário e de um dia nacional de lutas, a serem organizados pelas seções sindicais de acordo com suas realidades locais.

Por fim, foi sugerida a articulação de uma audiência pública no Congresso Nacional, por meio da diretoria do ANDES-SN, para tratar da regulamentação do adicional de penosidade prevista no art. 71 da Lei nº 8.112/90. A seguir, foi proposta a prorrogação da reunião por mais uma hora, a fim de dar conta dos encaminhamentos e dispensar o período da tarde.

II. Encaminhamentos.

Encaminhamentos do item 1.

- a)** Consolidar os dados já recebidos e elaborar versão preliminar da cartilha;
- b)** Reabrir prazo (com data definida) para que as instituições enviem dados atualizados;
- c)** Definir estrutura mínima da cartilha (introdução histórica e conceitual (Multicampia, Penosidade e Fronteira) + dados quantitativos do primeiro levantamento realizado pelo ANDES-SN + exemplos qualitativos).

Encaminhamentos do item 2.

- a)** Registrar formalmente o acompanhamento da Rede;
- b)** Designar responsável do GT para manter contato direto com a Rede Unifronteiras.

Encaminhamentos do item 3.

- a)** Elaborar questionário padronizado sobre evasão, vacância e remoção, para enviar às seções sindicais. Sugerir levantamento das políticas de remoção e permanência das IEs;
- b)** Avaliar uso de pedidos formais (ouvidoria/LAI) para obter dados oficiais;
- c)** Sistematizar exemplos de problemas de remoção (casos relatados) para subsidiar discussão nacional.

Encaminhamento do item 4.

- a)** Fortalecer o alinhamento do ANDES-SN, SINASEFE, e FASUBRA para construção de estratégias nacionais;
- b)** Mobilizar as Seções Sindicais para a construção de estratégias locais nos campi.

Encaminhamento do item 5.

- a) Organizar atividades locais em cada seção sindical (atos, debates, assembleias e campanhas de mídia) para dar visibilidade às dificuldades da multicampia e da fronteira, em data a ser definida;
- b) Estabelecer sistemática de registro e compartilhamento das ações realizadas, para compor um relatório nacional do Dia de Lutas, a ser encaminhado ao ANDES-SN;
- c) Negociar uma audiência pública com parlamentares, em especial com o senador Paulo Paim, autor do PL 3694.

Encaminhamento do item 6.

Outros Encaminhamentos.

- *Que se inicie o debate no GT das questões da emancipação de campi (elaboração de painel).*

E finalmente, o presidente encerrou a sessão às treze horas.

Brasília, (DF), 10 de outubro de 2025.

Coordenação do Grupo de Trabalho de Multicampia e Fronteira

Circular nº 441/2025

ANEXO

Informes GT-MULTIFRONT – Recebidos Via Formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ADUFMAT	Gerdine F. de O. Sanson	<p>A Adufmat, Seção Sindical do ANDES-SN, vem enfrentando reiteradas ameaças de desmembramento dos campi da UFMT em Sinop e Araguaia. Mais de um projeto e mais de uma vez, o sindicato foi procurado pelos docentes destes campi do interior para representá-los frente a ameaças de, como são chamadas, “emancipações” para fundação de novas universidades, sem que tenha havido sequer uma consulta verdadeira à comunidade acadêmica. No último dia 17 de setembro a proposta de emancipação desmembramento do campus de Sinop apresentada no PL4812/2020 foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura (CE) como indicação ao Poder Executivo. Mais uma vez a comunidade universitária foi surpreendida com espanto, por não ter participação direta em nenhum destes processos. Além disso, aqueles que resistem à ideia do desmembramento e se posicionam favoráveis ao aperfeiçoamento da estrutura multicampi são impedidos de se manifestar, sendo muitas vezes alvos de escárnio e até mesmo de ameaças públicas. A própria reitora da UFMT, professora Marluce Silva, vem sofrendo ameaças. Essa situação foi denunciada pela direção da Adufmat em nota pública, que sintetiza o processo e o sentimento de boa parte da comunidade universitária da UFMT. Por esse motivo, vale a pena transcrevê-la: A Adufmat, Seção Sindical do ANDES-SN, representante legítima da categoria docente da Universidade Federal de Mato Grosso, que, em 2025, completa 47 anos de luta em defesa da UFMT e da educação pública, gratuita e de qualidade, vem a público manifestar posição da categoria sobre as propostas de desmembramento do campus universitário de Sinop. No último período, tomamos conhecimento de algumas propostas que visam a separação do campus de Sinop e do campus do Araguaia da estrutura institucional da UFMT. Todas as propostas tomaram a comunidade universitária com espanto, dado que nenhuma delas foi</p>

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*fundado em 19 de fevereiro de 1981*

elaborada ou discutida junto à comunidade antes de ser submetida ao legislativo federal. A mais recente das propostas a ganhar notoriedade se trata do PL 4812/2020 , do Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), hoje ministro da Agricultura, que “autoriza a criação da Universidade Federal do Nortão de Mato Grosso”. O PL foi objeto de discussão e deliberação na Comissão de Educação do Senado Federal e o parecer, que indica que o Executivo Federal delibere sobre a matéria, foi aprovado nessa ocasião. Na mesma semana em que o tema foi discutido no Senado, a Adufmat realizou uma reunião com a reitoria da UFMT e uma Assembleia Geral, espaço deliberativo máximo da categoria, ambas com o tema do desmembramento. Em ambas as ocasiões, tanto a diretoria da Adufmat quanto a categoria docente da base manifestaram preocupação pelo caráter das propostas apresentadas, e da proposta específica que havia sido votada. Todas elas foram elaboradas sem quaisquer movimentos de consulta ou debate democrático junto à comunidade acadêmica. Vale lembrar que a criação ou extinção de campus universitário é de prerrogativa dos conselhos superiores da UFMT, por meio das suas representações legitimamente eleitas nas bases. Isso significa que quaisquer mudanças que venham a ser feitas na estrutura da UFMT são de interesse de toda a comunidade docente, discente e de técnicos(as) administrativos(as). Os e as docentes da UFMT, reunidos em assembleia, indicaram frontal contrariedade ao processo de desmembramento que se planeja por em curso, sob uma ideia enganadora de “emancipação”, por entender que não apenas ela não cumpre os requisitos do debate democrático com toda a comunidade, como exposto acima, mas também por se tratar de proposta construída de fora para dentro, expressando fundamentalmente os interesses do setor empresarial, em especial do agronegócio, via entendidades privadas que, ao legislar de fora para dentro sobre os destinos da UFMT, violam a autonomia universitária e desrespeitam toda a comunidade universitária e a sociedade que dizem querer representar - quando, na verdade, representam apenas seus próprios interesses econômicos. O desmembramento de um campus universitário para conversão em universidade é um processo longo e que demanda um debate aprofundado sobre as vantagens e riscos dessa ação, tanto no que diz respeito à garantia da sua estrutura administrativa, de ensino, pesquisa e extensão, da sua segurança orçamentária e patrimonial, do estatuto legal dos seus trabalhadores etc. Uma canetada não converte um campus em uma universidade - no máximo, fragiliza toda uma comunidade que se vê invadida e desrespeitada pelo interesse daqueles que querem apenas “uma universidade para chamar de sua”, para atender aos seus interesses econômicos de lucrar sobre o que é público, para desvirtuar a função social daquilo que eles veem apenas como “lugar para fazer negócios”. Além disso, a diretoria da Adufmat registra seu repúdio às movimentações espúrias de

			<p>representantes do poder público e do setor empresarial que, pela via da ameaça velada ou explícita, ou de declarações que mostram uma suposta “preocupação” com a sociedade sinopense, defendem ferrenhamente a consecução dessa proposta antidemocrática de desmembrar a qualquer custo. A Adufmat defende a necessidade de um amplo debate sobre que projeto de universidade nós queremos e defendemos, e qual projeto de multicampia deve fazer parte dessa concepção. Defende que o tema da multicampia, ou seja, da coexistência administrativa, pedagógica e científica entre os campi, seja ponto central de pauta dos debates da UFMT no próximo período, inclusive na realização da Assembleia Universitária 2025 e suas etapas preparatórias. Não aceitaremos que os interesses econômicos de uma pequena elite que tem aversão ao que é público invada a autonomia universitária e tente exercer controle autoritário sobre os destinos da UFMT. A UFMT é uma valorosa instituição pública, com 55 anos de produção de ciência, educação, cultura, política, e não está à venda aos interesses privados. Os rumos da UFMT quem decide é sua comunidade, em diálogo franco, amplo e democrático com a sociedade matogrossense. Seguiremos firmes em defesa da UFMT, em diversidade, em sua complexa e necessária multicampia, em sua totalidade!</p> <p>https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/2023-11-11-14-06-07/noticias/item/7524-nota-politica-da-diretoria-da-adufmat-ssind</p> <p>Sinop, 24 de setembro de 2025</p>
2	ADUFMS	Tássio Túlio Braz Bezerra	<p>INFORME DA ADUFMS</p> <p>As discussões realizadas no GT – Multicampia e Fronteira têm se destacado como pauta estratégica para mobilização dos docentes nos campi do interior e em zona de fronteira, com destaque para a participação de novos professores e professoras.</p> <p>Nesse sentido, a ADUFMS segue com seu protagonismo relacionado às pautas da multicampia e fronteira, especialmente em relação à discussão da regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do art. 70 da Lei 8.112/90, bem como da discussão referente à indenização de fronteira para os trabalhadores da educação.</p> <p>No ponto, merece destaque a aprovação no 68º CONAD, do TR – 35: TRABALHO DOCENTE EM ZONA DE FRONTEIRA E LOCAIS DE DIFÍCIL PERMANÊNCIA, proposta conjuntamente elaborada por Tássio Túlio</p>

		<p>Braz Bezerra (Base da ADUFMS) e Maria Audirene de Souza Cordeiro (Base da ADUA), que contou com o expressivo apoio de docentes de seções sindicais de todo o país, cujas proposições referendadas seguem abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que o Andes apresente como pauta nas mesas de negociação nacional e setorial a regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do art. 71 da Lei nº 8112/90; • Que o Andes acompanhe as discussões sobre as propostas legislativas referente à indenização de fronteira para a educação, buscando diálogo com os parlamentares autores das iniciativas, a fim de garantir a inclusão dos professores e técnicos entre as categorias beneficiadas; <p>Nessa perspectiva, a atual conjuntura da luta em favor do reconhecimento e valorização do trabalho docente realizado em zona de fronteira e locais de difícil permanência demanda que as referidas propostas sejam efetivadas, por meio da adoção de todas as providências necessárias para a inclusão da pauta da regulamentação do adicional de atividades penosas nas mesas de negociação nacional e setorial das quais o ANDES participe, bem como o acompanhamento e articulação em relação às propostas da indenização de fronteira.</p>
3	ADUA-SS	<p>Informe: Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira da ADUA-SS</p> <p>O Grupo de Trabalho (GT) Multicampia e Fronteira da ADUA-SS, atualmente com 19 membros, está em processo de finalização e sistematização de seu Plano de Trabalho para 2025, com a previsão de desdobramentos para o ano de 2026.</p> <p>Principais Realizações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de Metas: Foram estabelecidas 17 metas de curto prazo (120 dias), além de metas de luta permanente. A responsabilidade pela execução foi distribuída entre os membros do GT, unidades locais e a ADUA-SS. • Coleta de Dados: Será feito levantamento de informações essenciais sobre orçamento, vagas, infraestrutura e índices de evasão dos cursos nos campi. • Diagnóstico e Monitoramento: O grupo avança na construção de diagnósticos e projetos de monitoramento para mapear a realidade das unidades de fronteira. • Articulação e Formação: Promoção de articulação com outros grupos de trabalho (GTPE, GTPFS, GTO e GTCarreira). • Combate à Precarização: Redação de uma carta a ser enviada pelo Andes ao MEC, ANDIFES, CONIF e outros órgãos do governo, denunciando o corte de orçamento, as

			<p>condições de trabalho e a falta de infraestrutura, entre outros pontos que impactam a multicampia.</p> <p>Agenda Futura do GT:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistematização do plano de trabalho para formalização e envio à diretoria da ADUA-SS. • Continuidade da execução das metas estabelecidas e planejamento das ações que comporão o plano de trabalho de 2026.
4	APESJF	Daniel Goulart-Jornalista	<p>SETEMBRO</p> <p>04/09</p> <p>A APES convoca sua base para a participação nos atos dos dias 10 e 11 de setembro</p> <p>A APES convoca sua base para as atividades do dia 10/09: Dia Nacional de Luta em Defesa da UEMG e do Patrimônio das Universidades Estaduais de Minas Gerais, que se realiza em Belo Horizonte, MG; e do dia 11/09: Audiência Pública sobre o cumprimento do Acordo de Greve nº 10/2024 na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF)</p> <p>Os interessados em participar devem entrar em contato pelo 32 32151286 ou pelo E Mail: faleconosco@apesjf.org.br</p> <p>https://www.apesjf.org.br/a-apes-base-para-a-participacao-nos-atos-dos-dias-10-e-11-de-setembro/</p> <p>05/09</p> <p>31º Grito dos Excluídos</p> <p>A APES convoca sua base para as manifestações do dia 07 de setembro: “31º Grito dos Excluídos”. Os atos reúnem movimentos sociais, sindicatos e diversas outras organizações populares e trazem neste ano o tema “Vida em primeiro lugar!” e o lema “Cuidar da casa comum e da democracia é luta de todo dia”, reforçando a denúncia de injustiças socioambientais e a defesa da democracia e dos direitos humanos. A edição se soma à</p>

luta do Plebiscito Popular pela redução da jornada sem corte de salário; pelo fim da escala 6×1 e por justiça tributária: tributar quem ganha mais de R\$50 mil para isentar de I.R. quem ganha até R\$5 mil.

Em Juiz de Fora, a concentração para o ato começa às 09h, na esquina da Avenida Rio Branco com a rua Oscar Vidal, no Centro.

Em Governador Valadares, o ato vai ter início às 08h, em frente ao Mercado Municipal, no Centro.

<https://www.apesjf.org.br/31o-grito-dos-excluidos/>

08/09

IF Sudeste MG recebeu edição do “Café com a APES”

Nesta segunda-feira, 8 de setembro, o “Café com a APES” teve mais uma edição, desta vez no campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG. A atividade se deu no Anfiteatro do Bloco Administrativo e contou com uma conversa da direção do sindicato e da assessoria jurídica, representada pelo advogado Leonardo Castro, com docentes do instituto, abordando as principais [ações judiciais coletivas em curso](#) e também temas de interesse da base como a reforma administrativa.

Além das ações judiciais, referentes ao Auxílio Creche e Abono de Permanência, professoras e professores puderam ter esclarecimentos a respeito da aplicação do Reconhecimento de Saberes e Competências, equiparação de direitos entre carreiras de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e Magistério Superior (MS); questões de aposentadoria; tempo de contribuição do professor substituto; questões sobre aumento de carga horária; condições de trabalho, e inclusão de estudantes especiais.

<https://www.apesjf.org.br/if-sudeste-mg-recebeu-edicao-do-cafe-com-a-apes/>

10/09

APES participa de ato em defesa da UEMG

A APES participou, junto a docentes de todo o país, do Dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Pela manhã, um seminário tendo foco na Autonomia Universitária, debateu a questão, na Assembleia Legislativa do Estado em Belo Horizonte. O evento contou com representantes de Seções Sindicais de todo o país e de representantes da direção nacional do ANDES-SN.

Para a parte da tarde, uma manifestação foi a atividade principal, visando pressionar pelo arquivamento dos projetos que pretendem a venda dos bens imóveis do estado e a extinção da Uemg. O ato se realizou em defesa da Uemg, da Uimontes, da Cemig, da Copasa e de todo o patrimônio público mineiro, pela autonomia universitária plena, contra a política privatista e que precariza as vidas de trabalhadoras e trabalhadores.

<https://www.apesjf.org.br/27685-2/>

11/09

APES participa junto com o ANDES-SN de audiência que cobra cumprimento de acordo de greve e alerta sobre a reforma Administrativa

O ANDES - Sindicato Nacional, junto a entidades ligadas à Educação Federal, participou de uma audiência pública realizada na manhã desta quinta-feira (11), na Comissão de Administração e Serviço Público (Casp) da Câmara dos Deputados. O debate teve como foco a avaliação do cumprimento do Termo de Acordo de Greve nº 10/2024, que encerrou a greve das e dos docentes federais no ano passado

O professor Renato Gonçalves, da direção da APES, que esteve presente à audiência, ressaltou que a ausência dos representantes do governo federal mostrou a necessidade de aprofundar a mobilização em favor do cumprimento integral do acordo da greve e contra a reforma administrativa. “Isso foi muito questionado, já que não somos inimigos do governo e nós queríamos o diálogo, que fôssemos ouvidos. A deputada Sâmia Bonfim e o deputado Glauber Braga afirmaram que a luta que vai ser travada contra a reforma administrativa depende muito também da mobilização da nossa base, já que o embate vai se dar dentro e fora do parlamento”, disse.

		<p>Logo após a audiência, o professor participou também da reunião da Comissão de Mobilização do ANDES-SN, onde houve relatos das atividades de terça-feira e quarta-feira, com um balanço das ações, indicando um cenário adverso. “Acho que teremos um horizonte de embates difíceis para as pautas dos trabalhadores, diante de um endurecimento da direita, causado por conta da condenação do ex-presidente Bolsonaro”, finalizou.</p> <p>https://www.apesjf.org.br/em-audiencia-andes-sn-cobra-cumprimento-de-acordo-de-greve-e-alerta-sobre-a-reforma-administrativa/</p> <p>19/09</p> <p>APES convoca para ato neste domingo em Juiz de Fora contra a anistia e a PEC da Blindagem</p> <p>Entidades, organizações, partidos, movimentos estudantis e sociais realizarão atos em diversas cidades do país neste domingo, 21 de setembro, contra o projeto de anistia a golpistas e a PEC da Blindagem. A Proposta de Emenda à Constituição foi aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira (16).</p> <p>https://www.apesjf.org.br/juiz-de-fora-tera-ato-neste-domingo-contra-a-anistia-e-a-pec-da-blindagem/</p>
5	SEDUFSM	<p>Informes: SEDUFSM</p> <p>Atualmente, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) conta com quatro campi: a sede em Santa Maria e três campi fora de sede, localizados em Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. Eu, professora Ana Luisa Soubhia, lotada no campus de Cachoeira do Sul, desconheço a existência de Grupos de Trabalho sobre Multicampia e Fronteira nos três campi fora de sede. Assim, elenco alguns dos problemas recorrentes enfrentados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evasão de estudantes e também de docentes; - Dificuldades relacionadas à remoção e redistribuição de professores e técnicos; - Falta de transparência na distribuição de recursos institucionais; - Carência de docentes; - Fragilidade na oferta de disciplinas por falta de quadro docente e técnico suficiente;

		<p>- Menor visibilidade institucional e dificuldade de integração acadêmica e administrativa entre os campi.</p>
6	ADUA	<p>Informe: Grupo de Trabalho Multicampia e Fronteira da ADUA-SS</p> <p>O Grupo de Trabalho (GT) Multicampia e Fronteira da ADUA-SS é atualmente composto por 19 membros, embora, nas reuniões realizadas, participe em média de 8 a 9 membros, de forma revezada. O GT é coordenado pela Profª Maria Audirene de Souza Cordeiro (ICSEZ, Parintins-AM) e pelo Prof. Jordeanes do Nascimento Araújo (IEAA, Humaitá-AM). Os demais membros pertencem aos campi de Manaus, Humaitá, Parintins e Benjamin Constant.</p> <p>Apesar dos desafios, o GT tem conseguido se reunir dentro das condições possíveis e encontra-se em processo de finalização e sistematização do seu Plano de Trabalho para 2025, com previsão de desdobramentos para o ano de 2026.</p> <p>Principais Realizações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de Metas: Foram estabelecidas 17 metas de curto prazo (120 dias), além de metas de luta permanente. A responsabilidade pela execução foi distribuída entre os membros do GT, unidades locais e a ADUA-SS. • Coleta de Dados: Será feito levantamento de informações essenciais sobre orçamento, vagas, infraestrutura e índices de evasão dos cursos nos <i>campi</i>. • Diagnóstico e Monitoramento: O grupo avança na construção de diagnósticos e projetos de monitoramento para mapear a realidade das unidades de fronteira. • Articulação e Formação: Promoção de articulação com outros grupos de trabalho (GTPE, GTPFS, GTO e GT-Carreira). • Combate à Precarização: Redação de uma carta a ser enviada pelo Andes ao MEC, ANDIFES, CONIF e outros órgãos do governo, denunciando o corte de orçamento, as condições de trabalho e a falta de infraestrutura, entre outros pontos que impactam a multicampia. <p>Agenda Futura do GT:</p>

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*fundado em 19 de fevereiro de 1981*

- | | | |
|--|--|--|
| | | <ul style="list-style-type: none">• Sistematização do plano de trabalho 2025/2026 para formalização e envio à diretoria da ADUA-SS.• Continuidade da execução das metas estabelecidas e planejamento das ações em 2025 que comporão também o plano de trabalho de 2026. |
|--|--|--|

Profa. Laura Miranda de Castro

Informes GT-MULTIFRONT – Recebidos Via e-mail – pós fechamento de recebimento via formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ADUFSCAR	Prof. Dr. Aldenor da Silva Ferreira	<p>Segue o informe da ADUFSCAR para constar no Relatório do GT-Multicampia e Fronteira O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aprovou a criação do campus de São José do Rio Preto (SP). O novo campus iniciará suas atividades em 2026, com a oferta de seis cursos de graduação. A implantação soma-se aos campi já existentes em São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino.</p>
2	ADUFOP	Kathiuça Bertollo	<p>Assembleias Descentralizadas A ADUFOP realizará Assembleias Descentralizadas nas três cidades com campus da UFOP. 13 de outubro - ICSA (Mariana); 14 de outubro - ICEA (João Monlevade); 15 de outubro - Sede da ADUFOP (Ouro Preto).</p> <p>7º Encontro Regional por um Novo Modelo de Mineração 7ª Jornada Universitária de Debate na Mineração A ADUFOP está participando da construção do 7º Encontro Regional por um Novo Modelo de Mineração 7ª Jornada Universitária de Debate na Mineração, atividade organizada pela Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração (FLAMa). O evento será realizado com programação concentrada nos dias 3 e 8 de novembro e programação estendida ao longo do mês de outubro e novembro. Nos marcos dessas atividades da programação estendida destacamos a realização da peça teatral “Zona de Sacrifício, no Teatro Casa da Ópera em Ouro Preto, no dia 23 de outubro, e Mesa/Debate sobre “O contexto da mineração em Itabira, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Ouro Preto e Região” a ser realizada no dia 14 de outubro no ICEA - UFOP, Campus de João Monlevade. Acontecerão atividades descentralizadas nos 3 campi da UFOP/locais de atuação da ADUFOP, e no IFMG Ouro Preto como forma de demarcar o enfrentamento aos 10 anos do rompimento/crime da barragem de Fundão em Mariana.</p>

			Implantação de novo campus da UFOP em Ipatinga A ADUFOP está acompanhando o processo de implantação do novo Campus da UFOP em Ipatinga, que foi anunciado no contexto da greve da educação de 2024. Vê com preocupação essa implantação em contexto de cortes orçamentários, especialmente ao que se refere à assistência estudantil.
3	APROFURG	Prof. Gustavo Borba de Miranda	A FURG está com um projeto de encerrar as atividades do Campus Santa Vitória do Palmar, o qual foi criado durante o Programa Reuni e está localizado na cidade de mesmo nome, no extremo sul do Rio Grande do Sul. Em reunião com a Reitora da FURG, foi informado que a decisão pelo encerramento tem como causa principal o baixo ingresso de alunos, por se tratar de uma região com população aproximada de 50 mil habitantes, próximo à fronteira com o Uruguai e uma localidade com um alto isolamento geográfico. O Campus não será fechado, mas transformado em polo de Extensão, Cursos Técnicos e Universidade Aberta do Brasil. Professores e técnicos poderão permanecer lotados no Campus ou realocados para Rio Grande. Uma Comissão de Transformação foi criada para conduzir o processo de forma respeitosa, sem pressa e buscando a melhor alocação. Esse processo foi um pedido dos servidores que atuam no Campus, o que vem ocorrendo há alguns anos.
4	APRUMA	Prof. Thiago Pereira Lima	O representante da APRUMA apresentou ações que têm sido desenvolvidos no GT MULTI-FRONT da APRUMA: <ol style="list-style-type: none"> 1. O GT tem acompanhando os encaminhamentos nacionais do GT Multicampia e Fronteiras aprovados no congresso e CONAD; 2. Apresentou a realidade multicampia da UFMA: a UFMA tem 8 – oito campi e diversos programas como PARFOR, Licenciaturas Indígenas e do Campo, com condições de trabalho precário; 3. O GT Multifront da APRUMA tem debatido: <ol style="list-style-type: none"> 3.1 - aprofundar o conceito de fronteiras do ANDES; 3.2 - aprofundar o debate sobre adicional de atividades penosas; 3.3 - orçamento e monitoramento das condições de trabalho; 3.4 - a necessidade de realização de seminários locais; 3.5 - a articulação com outros GTs; 3.6 - a realização do “ENCONTROS APRUMA” nos Campi do continente (interior do Maranhão); no ano de 2024 visitamos todos os Campi da UFMA, com assessoria jurídica, o tema da progressão e o debate sobre as condições de trabalho; 3.7 - a situação das licenciaturas interdisciplinares;

		<p>3.8 - debate sobre permanência, evasão e assistência estudantil; e</p> <p>3.9 - avaliações do MEC nos cursos do continente, que receberam notas baixas por conta da infraestrutura física.</p> <p>4. O questionário do ANDES chamado “LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE AS UNIVERSIDADES, INSTITUTO E CEFETS NA BASE DO ANDES-SN SOBRE MULTICAMPI E/OU QUE ESTÃO EM REGIÃO DE FRONTEIRA” foi enviado para os diretores de Centro para responderem, o que não obtivemos retorno. A ideia do GT é aproveitar o questionário, pensando outra maneira de coletar esses dados;</p> <p>5. Não participamos do II Seminário Multicampia e Fronteiras, em Boa Vista. Porém, acompanhamos os encaminhamentos do II Seminário; e</p> <p>6. A UFMA construiu uma Minuta de Resolução que regulamenta os critérios e os procedimentos para a remoção de servidores, no âmbito da Universidade Federal do Maranhão, pela plataforma Participa + Brasil. Realizamos a leitura e debate da Minuta.</p> <p>- Questionamos os critérios: u) Artigo 33 - Ponto crucial da Resolução.</p> <p>I – Curriculum lattes;</p> <p>II – Maior tempo de serviço em cargo efetivo na UFMA no campi onde se situa sua unidade de lotação de origem;</p> <p>III – Maior tempo de serviço na UFMA, em cargo efetivo;</p> <p>IV – Maior tempo de Serviço Público Federal, em cargo efetivo;</p> <p>V – Maior titulação acadêmica;</p> <p>VI – Maior idade.</p> <p>Questionamos o primeiro critério, que é o Curriculum lattes, porque reproduz uma lógica produtivista de universidade.</p>
5	SEDUFSM	<p>A partir de movimento da gestão atual, foi criada, junto com outros sindicatos de servidores/as públicos municipais, estaduais e federais, a Frente Única de Servidores Públicos contra a Reforma Administrativa (integrada por CPERS, Sinprosm, Assufsm, Sedufsm, ATENS e DCE), que realizou ato contra a reforma administrativa, no dia 11 de setembro, e ato contra a anistia e a favor da <i>Isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais; Fim da escala de trabalho 6 x 1 (seis dia de trabalho e um dia de descanso) e Taxação das grandes fortunas, no dia 24 de setembro</i>. A seção sindical também realizou ato, junto com outras seções sindicais ligadas à UFSM no dia 10 de setembro, em frente ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) e enviou delegação tanto para o ato de 11 de setembro, em Brasília, quanto para a Semana Unificada de Lutas contra a Reforma Administrativa. A Frente Única propôs e o presidente da Sedufsm apresentou moção de repúdio à Reforma Administrativa no Conselho Universitário da UFSM, que foi aprovada na sexta (26). A seção também</p>

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superiorfundado em 19 de fevereiro de 1981

está trabalhando com as outras seções, via Regional, na construção de um seminário, dia 31 de outubro, que debaterá violências contra as mulheres e construirá a Marcha das Mulheres Negras. E o GTPE local organizou evento para discutir a Resolução 04/24 do CNE.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br